

DESTAQUE

EXTREMA-DIREITA

“Discurso racista do Chega criou condições” para ataques

Ultrapassou-se uma linha vermelha com os ataques da última semana, dizem analistas. Que os situam no contexto de uma “legitimação” do discurso “racista e xenófobo” de André Ventura

Joana Gorjão Henriques

Em poucos dias, a extrema-direita radical portuguesa mostrou uma nova face: enviou um *email* à associação SOS Racismo em que ameaçava matar estrangeiros, fez uma “parada à Ku Klux Klan” em frente da sua sede, intimidou dez pessoas, entre elas deputadas como Beatriz Dias, Mariana Mortágua e Joacine Katar Moreira, e activistas como Mamadou Ba, afirmando que devem abandonar o país em “48 horas”, utilizou mensagens de ódio racistas, xenófobas e homofóbicas. Reivindicada supostamente por dois grupos, Nova Ordem de Avis e Resistência Nacional, a estratégia indicia um novo *modus operandi* no espaço público.

A Polícia Judiciária e as secretas abriram uma investigação ao que consideram ser “uma escalada” e classificam-no como um “salto de confrontação, incluindo a órgãos de soberania”, que “ainda não existia”. Pela primeira vez em 30 anos, o SOS Racismo recebeu um membro do Governo: ontem, a secretária de Estado com a

pasta da discriminação, Rosa Monteiro, pediu para se reunir com a associação mostrando “solidariedade” e prometeu que o Governo vai reforçar o combate ao racismo, disse o dirigente Mamadou Ba.

O Ministério Público abriu um inquérito. No final do Conselho de Ministros, a ministra Mariana Vieira da Silva mostrou preocupação com o “agravamento dos discursos de ódio, de coacção e ameaças”. E afirmou que “todos os democratas têm o dever de se indignar e de fazer o que estiver ao seu alcance face a este nível elevadíssimo de ameaça”.

Ultrapassou-se uma linha vermelha? Álvaro Vasconcelos, fundador do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa, responde que sim e faz uma análise que, tal como outros sociólogos, responsabiliza André Ventura: o “discurso racista na Assembleia da República do Chega criou as condições políticas” para a escalada que estamos a assistir, diz. “O discurso racista mata, é violência e foi-se banalizando em Portugal, foi assumido pelo Chega, teve a cumplicidade de muita gente da sociedade portuguesa, sem que as

instituições da República fizessem um repúdio frontal.”

Aliás, enquadra o que aconteceu na sequência da declaração de Rui Rio, líder do PSD, sobre uma possível aproximação ao Chega, algo que lê como o culminar do processo que torna o discurso racista “aceitável na democracia, o que é um perigo mortal”. “Qualquer análise do Chega só pode concluir que é um partido de extrema-direita e que está muito próximo das ideias e valores da extrema-direita radical e da violência dos que se manifestaram em frente da porta do SOS Racismo. Uma das coisas que esse grupo disse é que Portugal não é um país racista, que é uma ponte imediata com o Chega”, analisa.

Criador do grupo Fórum Demos sobre a democracia, ex-director Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, Álvaro Vasconcelos situa estes grupos extremistas: à imagem do que aconteceu noutros países, são os partidos de extrema-direita como o Chega que propiciam o surgimento de franjas mais radicais. Essas franjas “começam a achar que têm mais aceitação, encontram ânimo na banalização do discurso racis-



ta”, afirma. “Isso incita-os, excita-os, radicalizam-se e partem para a acção.”

Ponta do icebergue

Tanto a parada como a intimidação são apenas a “ponta do icebergue”, considera, por seu lado, a socióloga Cristina Roldão. “A verdadeira escalada está na capacidade de internacionalização destes movimentos, na capacidade de infiltração nas forças de segurança, de articulação com um partido que está dentro da AR [o Chega].”

Por outro lado, lembra, já tinham existido avisos, nomeadamente em relatórios internacionais, sobre estes fenómenos. “Uma das formas de legitimar a parada foi dizer que era uma homenagem às vidas perdidas de polícias e isso é uma tática que tem sido utilizada pelo Chega, que se vai ligar ao Movimento Zero, aproxima-se das manifestações da polícia e está sempre a estabelecer uma dicotomia entre as forças de segurança e as minorias étnico-raciais”, analisa.

Para a também activista anti-racismo, “a ultrapassagem sistemática de linhas vermelhas” nestes últimos tem-

pos faz com “que as anteriores caiam na normalização”. Dá exemplos, como o de André Ventura “mandar uma deputada [Joacine Katar Moreira] para a sua terra – que são as frases que Bruno Candé vai ouvir [do alegado homicida, Evaristo Martinho], e que qualquer pessoa negra já ouviu neste país”. Sublinha: “Quando a Assembleia da República não tem capacidade para fazer uma nota de repúdio conjunta sobre isso, está a enviar o sinal de que mandar alguém para a sua terra não é racismo.”

Bruno Sena Martins, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador de um programa de doutoramento de direitos humanos, fala da necessidade de fazer uma leitura “de ciclo que está ligada à entrada no espaço público e institucional” do Chega mas também acredita na ideia de que a “complacência dos poderes públicos e no espaço mediático” em relação a André Ventura confere “um sentimento de impunidade a grupos marcadamente racistas, xenófobos, com ideologias ligadas ao nazismo, para praticar lógicas de intimidação”.

O debate sobre liberdade de expres-

RUI GAUDÊNCIO



são *versus* discurso racista tem estado em cima da mesa. Sena Martins critica: “Parece um pouco absurdo que a sociedade portuguesa e representantes democráticos estejam a assistir a um debate sobre racismo sem que exista uma agenda anti-racismo, pró-activa e que afirme que Portugal se posiciona como país anti-racismo em relação à sua história e às desigualdades no presente.”

Cristina Roldão também se indigna com o silêncio institucional e “com a negação das nossas instituições que deviam ser guardiães dos princípios da democracia, da igualdade e da não discriminação e que não o fazem de forma pró-activa”, refere. “Continuam com medo que assumir o combate anti-racismo como prioritário na política seja um elemento fracturante e faça perder eleitorado seu conservador. Mas há coisas que têm mesmo que ser feitas com coragem política.” Álvaro Vasconcelos aponta o dedo ao silêncio sobre o assassinio do actor Bruno Candé, na Avenida de Moscavide, por Evaristo Martinho, 76 anos, depois de testemunhas terem ouvido insultos racistas. “Qual foi a reacção das instituições da República portu-

guesa? Como é que responderam ao assassinio de um homem negro em Portugal? Com silêncio ensurdecedor. Quem cala permite a banalização. É o que assistimos em Portugal.”

O constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia não tem memória de algo parecido e considera que “estamos a chegar a tempos inéditos”: “Liberdade de expressão sim, mas há limites. Naquilo que se disser não se pode pôr em causa a honra e dignidade das pessoas.”

Por outro lado, sublinha que há uma lei de 1978 que proíbe as organizações fascistas. “Quando se fala de organizações fascistas, não são apenas actos, pode ser a ideologia e discursos”, diz. Os próprios partidos, prossegue, podem ser “habilidosos porque no programa está tudo bem mas depois o comportamento configura um excesso em relação aos limites da liberdade de expressão”.

Para já, não tem dúvidas de que as ameaças dos últimos dias podem configurar o crime de coacção e que as frases proferidas podem constituir crime de incitamento ao ódio.

jgh@publico.pt